



**CLIPPING INTERNET**  
**29/03/2022 ATÉ 29/03/2022**



# INDÍCE

---

1	CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
	1.1 SITE O MARANHENSE.....	1
2	CNJ	
	2.1 PORTAL DO MAGISTRADO.....	2
	2.2 SITE CNJ.....	3
3	DESEMBARGADOR	
	3.1 BLOG CESAR BELO.....	4
	3.2 BLOG DIEGO EMIR.....	5
4	FALECIMENTO	
	4.1 BLOG LUÍS CARDOSO.....	6
5	PROCESSO SELETIVO	
	5.1 BLOG GRAN CURSOS ONLINE.....	7

## **DEPUTADO ARISTON DESTRAVA PAUTA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

A Comissão de Constituição e Justiça d(CCJ) da Assembleia Legislativa do Maranhão realizou nesta terça-feira (29) sua primeira reunião em 2022.

Os trabalhos do colegiado estavam paralisados desde o início da atual sessão legislativa em virtude de um protesto de governistas, que não concordavam com a eleição do deputado Márcio Honaiser (PDT) para a presidência - o pedetista é aliado do senador Weverton Rocha (PDT), que rompeu com o Palácio dos Leões para candidatar-se ao Governo do Estado.

A reunião de hoje foi possível após um acordo que vinha sendo costurado há duas semanas, e concretizado na segunda-feira (28).

O acerto culminou com a eleição do deputado Ariston Ribeiro (Republicanos) como novo presidente da CCJ, por consenso.

Já empossado, ele conduziu a reunião de hoje, em que foram analisados, por exemplo, projetos de interesse dos procuradores do Estado - com cláusulas de reajuste - e de magistrados - devido a alterações em alguns critérios de movimentação na carreira.

Com o fim do impasse na CCJ, as matérias, agora aprovadas, poderão ser apreciadas em plenário.

## **Deputado Zé Inácio pede vistas do projeto de lei que cria vagas de desembargador no TJMA**

A Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Maranhão se reuniu nesta terça-feira (29), para discutir os projetos que estavam na pauta, dentre eles o que chegou do Tribunal de Justiça que cria novos cargos na estrutura do judiciário, assim como sete vagas para desembargadores. No entanto, o deputado estadual Zé Inácio (PT), pediu vistas, para analisar a proposta e depois encaminhar para votação na Comissão.

Alguns deputados estaduais querem urgência na votação do PL que cria as novas vagas de desembargadores. Por conta disso, uma sessão extraordinária da CCJ pode ser realizada nesta quarta-feira (30), com a intenção de acelerar a tramitação desse projeto.

Caso não ocorra a sessão extraordinária, a próxima sessão ordinária, vai ocorrer na próxima terça-feira (5), e aí sim o pedido de vistas de Zé Inácio seria analisado. Só então entrando em votação na comissão e logo em seguida levado ao plenário.

Na avaliação de Zé Inácio é necessário chamar a OAB do Maranhão, para discutir o projeto de lei que cria novas vagas de desembargadores no TJMA.

Nos bastidores, muitos são os advogados que já se movimentam em busca de uma vaga no quinto constitucional do TJMA.

O post Deputado Zé Inácio pede vistas do projeto de lei que cria vagas de desembargador no TJMA apareceu primeiro em Diego Emir.

## Concurso TJ MA Juiz forma comissão e publica regulamento! VEJA

Concurso TJ MA Juiz deverá ofertar 15 vagas. Saiba aqui todos os detalhes da nova seleção

Lanna Sant'Anna

29/03/2022 | 16:50 • Atualizado há uma hora

Sobre o concurso

Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

### REGULAMENTO PUBLICADO

Maranhão

R\$ 30.404,47

15 vagas

Superior

Acompanhar

O concurso TJ MA Juiz está com os trâmites avançados. O regulamento do certame e a comissão designada já foram publicados.

Para o cargo de Juiz Substituto do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão haverá a oferta de 15 vagas. Dados do Portal do TJ MA, referentes ao mês de novembro de 2020, indicam que há 7 cargos de juízes vagos.

De acordo com informações que circulam na internet, o Cebraspe será o organizador por meio de dispensa de licitação. A equipe do Gran Cursos Online está em contato com a assessoria do órgão para obter a confirmação da informação.

O TJ MA publicou o último edital de concurso TJ MA Juiz em 2012. Na ocasião, foram ofertadas 31 vagas, além de formação de cadastro de reserva e subsídio de R\$ 20.677,85.

Confira ao longo desta matéria mais informações sobre o concurso TJ MA Juiz:  
<https://blog.grancursosonline.com.br/concurso-tj-ma-juiz/>

## **Corpo de advogado e assessor jurídico de desembargador do TJMA é encontrado em rio no Maranhão**

Data: 28 de Mar de 22 às 11:48 Categoria: Acidente

O advogado João Watson Coelho de Sousa, de 62 anos, desapareceu nas águas do Rio Maracu, em Cajari, na Baixada Maranhense, no último sábado (26). A caminhonete que ele dirigia derrubou a mureta de proteção do cais e caiu na água e foi submergido.

### Foto Reprodução

O corpo de Watson só foi encontrado por equipes de buscas e resgate do Corpo de Bombeiros ontem de manhã dentro da caminhonete no fundo do rio.

### Foto Reprodução

O advogado era assessor jurídico do desembargador do TJMA, Lourival Serejo e primo do prefeito de Cajari, Constâncio Sousa.

O Tribunal de Justiça e a OAB-MA lamentaram o ocorrido.

Confira abaixo.

### NOTA TJMA

O Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargador Lourival Serejo, em nome dos demais desembargadores membros da Corte, vem externar profundo pesar pela perda do servidor do Poder Judiciário, João Watson Coelho de Sousa.

O presidente do TJMA presta condolências, expressando os mais sinceros pêsames, solidarizando-se com todos os familiares do servidor, desejando conforto e serenidade em momento tão difícil de imensurável perda.

João Watson Coelho de Sousa exercia a função de assessor jurídico do gabinete do desembargador Lourival Serejo e sempre teve conduta exemplar no exercício de suas atividades profissionais enquanto servidor do Poder Judiciário do Maranhão.

### NOTA OAB-MA

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão (OAB/MA), solidariza-se com a classe advocatícia, os familiares, amigos do advogado, João Watson Coelho de Sousa (OAB- 3846), falecido hoje, 27/03, vítima de um acidente de carro, no município de Cajari.

Profissional atuante e que muito contribuiu para advocacia maranhense. A OAB/MA vem por meio desta, neste

momento de dor e consternação, solidarizar-se aos seus familiares e amigos enlutados.

## Núcleo do CNJ realiza primeiras audiências de conciliação de 2022

Com as portas abertas para o diálogo na solução de conflitos, o Núcleo de Mediação e Conciliação do Conselho Nacional de Justiça (Numecc/CNJ) tem se firmado como importante canal de solução de controvérsias administrativas pela via consensual, uma atuação que ajuda a conter a judicialização e a burocracia.

Dois acordos em processos administrativos envolvendo tribunais de diferentes segmentos da Justiça e servidores firmados no Numecc/CNJ exemplificam o potencial do núcleo em mediar conflitos em avaliações favoráveis das partes sobre maior facilidade para o diálogo, negociação de divergências e busca pela solução consensual dos casos.

Um dos acordos, entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e o Tribunal de Contas do estado, vai ajudar destravar a construção do Fórum de Imperatriz, a segunda maior comarca do Maranhão, com uma população estimada em 260 mil pessoas. O empreendimento está com as obras paralisadas há alguns anos por ordem do Tribunal de Contas em decorrência de ações de fiscalização.

A audiência de conciliação sobre esse caso foi conduzida no Núcleo pela juíza auxiliar da Presidência do CNJ Trícia Navarro, com participação de membros das duas cortes para análise e negociação das partes em busca da solução de pendências que impedem a retomada da obra.

Ao fim da audiência e após o acerto entre os dois tribunais, o conselheiro do Tribunal de Contas Melquizedeque Nava Neto concluiu que o problema foi provocado por um ruído de comunicação que precisava ser solucionado para que as obras do fórum pudessem ser retomadas. Satisfeito com o resultado do acordo, ele disse que o acerto confere maior segurança para a conclusão do investimento público.

“O empreendimento está parado sem gerar benefícios para a sociedade e hoje entendemos que houve um ruído e nos propusemos a dirimir isso. O acordo que firmamos materializa segurança jurídica para que os gestores possam finalizar a obra e que ela produza os efeitos sociais para os quais foi concebida.” A partir do acordo, o Tribunal de Contas do Maranhão libera o TJMA a retomar a construção do fórum sem que haja impedimentos legais.

O juiz auxiliar da Presidência do TJMA Ângelo Santos, também valorizou o aspecto da segurança jurídica. Segundo ele, o acordo feito sob o guarda-chuva do Numecc/CNJ tem peso institucional que resguarda os gestores do órgão. “É uma obra de extremo interesse público que vai gerar melhor atendimento para os jurisdicionados e os demais atores do Sistema de Justiça. E agora, com esse acordo, os atuais e os futuros gestores do TJMA passam a ter melhor direcionamento e segurança legal para destravar a obra”, explica.

### Neutralidade

Em outro acordo selado pelo Numecc/CNJ, as partes citaram como pontos favoráveis a realização das audiências em ambiente neutro favorável ao diálogo e sob o peso institucional do órgão de cúpula do Poder Judiciário.



Por meio de audiência de conciliação conduzida também pela juíza Trícia Navarro o Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) e representantes dos servidores comissionados da corte acertaram criar um grupo de trabalho para analisar os desafios e oportunidades da implementação da Resolução CNJ n. 219/2016. O ato normativo trata da distribuição de servidores, de cargos comissionados e de funções de confiança nos órgãos do Judiciário de primeiro e segundo graus.

Os servidores ingressaram no CNJ com um pedido de providências solicitando a implementação da Resolução. No início deste ano, o pedido de providência foi designado para audiência de conciliação no Numecc/CNJ. “Essa via aberta pelo Conselho é importantíssima porque permite o diálogo e o equacionamento dos desafios que a administração dos tribunais têm que solucionar”, disse a juíza auxiliar da Presidência do TJGO Jussara Cristina Oliveira Louza, que representou o tribunal na audiência de conciliação.

Representante dos servidores e uma das autoras do pedido de providências, Juliana Pereira de Souza citou como positiva a rapidez com que a audiência foi marcada e a condução da reunião. “Como foi designada mediação por pessoa capacitada, que é a juíza Trícia Navarro, acredito que fez toda a diferença porque ela nos ouviu primeiramente e facilitou esse diálogo, dando abertura para que ambas as partes falassem sobre as dificuldades e anseios e isso facilitou”, disse.

Sem tensão

A juíza auxiliar Trícia Navarro lembrou que o fato de as audiências do núcleo acontecerem em ambiente neutro ajuda a distensionar, abrindo espaço para que as partes se reposicionem apresentando argumentos voltados à uma solução de consenso para a divergência. “O Numecc/CNJ tem sido extremamente importante e cada vez mais fundamental na construção de diálogos entre as partes para questões que dificilmente seriam resolvidas em julgamentos, sejam no âmbito do Conselho seja por processos judiciais”, comenta.

Para a magistrada, o Núcleo inova ao criar um espaço neutro no âmbito administrativo para conciliação e mediação em uma experiência bem-sucedida que pode servir de modelo para outros órgãos públicos. “Percebo que em muitos casos as partes chegam com ânimos acirrados e após as audiências voltam a seus estados com diálogo melhor e maior abertura para a solução das divergências.”

Sobre o Numecc/CNJ

O Numecc/CNJ foi criado pela Resolução CNJ n. 406/2017 com a atribuição de facilitar o consenso em processos que tratam de conflitos internos envolvendo servidores ou setores administrativos, processos administrativos em tramitação no CNJ de qualquer natureza. Em todos os casos solucionados pelo núcleo, os acordos são homologados pelo plenário do CNJ.

Luciana Otoni  
Agência CNJ de Notícias

## Núcleo do CNJ realiza primeiras audiências de conciliação de 2022

28 de março de 2022

Núcleo do CNJ realiza primeiras audiências de conciliação de 2022. Acordo firmado por representantes do TJMA e do Tribunal de Contas do estado vai destravar obra do fórum da comarca de Imperatriz. Foto: G.Dettmar/CNJ. Com as portas abertas para o diálogo na solução de conflitos, o Núcleo de Mediação e Conciliação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem se firmado como importante canal de solução de controvérsias administrativas pela via consensual, uma atuação que ajuda a conter a judicialização e a burocracia. Dois acordos em processos administrativos envolvendo tribunais de diferentes segmentos da Justiça e servidores exemplificam o potencial do núcleo em mediar conflitos em avaliações favoráveis das partes sobre maior facilidade para o diálogo, negociação de divergências e busca pela solução consensual dos casos.

Um dos acordos, entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e o Tribunal de Contas do estado, vai ajudar a destravar a construção do Fórum de Imperatriz, a segunda maior comarca do Maranhão, com uma população estimada em 260 mil pessoas. O empreendimento está com as obras paralisadas há alguns anos por ordem do Tribunal de Contas em decorrência de ações de fiscalização.

A audiência de conciliação sobre esse caso foi conduzida no Núcleo pela juíza auxiliar da Presidência do CNJ Trícia Navarro, com participação de membros dos dois órgãos para análise e negociação das partes em busca da solução de pendências que impedem a retomada da obra. O conselheiro do Tribunal de Contas Melquizedeque Nava Neto concluiu que o problema foi provocado por um ruído de comunicação que precisava ser solucionado para que as obras do fórum pudessem ser retomadas.

Satisfeito com o resultado do acordo, ele afirmou que a decisão confere maior segurança para a conclusão do investimento público. “O empreendimento está parado sem gerar benefícios para a sociedade e hoje entendemos que houve um ruído e nos propusemos a dirimir isso. O acordo que firmamos materializa segurança jurídica para que os gestores possam finalizar a obra e que ela produza os efeitos sociais para os quais foi concebida.”

A partir do acordo, o Tribunal de Contas do Maranhão libera o TJMA a retomar a construção do fórum sem que haja impedimentos legais. O juiz auxiliar da Presidência do TJMA Ângelo Santos, também valorizou o aspecto da segurança jurídica. Segundo ele, o acordo feito sob o guarda-chuva do Núcleo do CNJ tem peso institucional que resguarda os gestores do órgão. “É uma obra de extremo interesse público que vai gerar melhor atendimento para os jurisdicionados e os demais atores do Sistema de Justiça. E agora, com esse acordo, os atuais e os futuros gestores do TJMA passam a ter melhor direcionamento e segurança legal para destravar a obra.”

### Neutralidade

Em outro acordo selado pelo Núcleo do CNJ, as partes citaram como pontos favoráveis a realização das audiências em ambiente neutro favorável ao diálogo e sob o peso institucional do órgão de cúpula do Poder Judiciário. Por meio de audiência de conciliação conduzida também pela juíza Trícia Navarro, o Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) e representantes de servidores e servidoras comissionadas acertaram criar um grupo de trabalho para analisar os desafios e oportunidades da implementação da Resolução CNJ n. 219/2016. O ato

normativo trata da distribuição de servidores, de cargos comissionados e de funções de confiança nos órgãos do Judiciário de primeiro e segundo graus.

Os servidores ingressaram no CNJ com um pedido de providências solicitando a implementação da Resolução. No início deste ano, o processo foi designado para audiência de conciliação no Núcleo. “Essa via aberta pelo Conselho é importantíssima, porque permite o diálogo e o equacionamento dos desafios que a administração dos tribunais têm que solucionar”, afirmou a juíza auxiliar da Presidência do TJGO Jussara Cristina Oliveira Louza, que representou o tribunal na audiência de conciliação.

Uma das autoras do pedido de providências, Juliana Pereira de Souza citou como positiva a rapidez com que a audiência foi marcada e a condução da reunião. “Como foi designada mediação por pessoa capacitada, que é a juíza Trícia Navarro, acredito que fez toda a diferença porque ela nos ouviu primeiramente e facilitou esse diálogo, dando abertura para que ambas as partes falassem sobre as dificuldades e anseios e isso facilitou.”

Sem tensão

A juíza auxiliar Trícia Navarro lembrou que o fato de as audiências do núcleo acontecerem em ambiente neutro ajuda a distensionar, abrindo espaço para que as partes se reposicionem apresentando argumentos voltados à uma solução de consenso para a divergência. “O Núcleo do CNJ tem sido extremamente importante e cada vez mais fundamental na construção de diálogos entre as partes para questões que dificilmente seriam resolvidas em julgamentos, sejam no âmbito do Conselho seja por processos judiciais.”

Para a magistrada, o Núcleo inova ao criar um espaço neutro no âmbito administrativo para conciliação e mediação em uma experiência bem-sucedida que pode servir de modelo para outros órgãos públicos. “Percebo que em muitos casos as partes chegam com ânimos acirrados e após as audiências voltam a seus estados com diálogo melhor e maior abertura para a solução das divergências.”

Luciana Otoni  
Agência CNJ de Notícias

## **TJMA realiza mutirão de conciliação em São Luís**

Com o intuito de agilizar a solução de conflitos da população, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) irá realizar um Mutirão de Conciliação, no período de 4 a 8 de abril, no auditório Madalena Serejo, no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), das 8h às 17h.

O evento é promovido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), presidido pelo desembargador José Gonçalo Filho e coordenado pelo juiz Marcelo Oka.

A iniciativa visa garantir a cidadãos e cidadãs a prestação de uma justiça rápida, simples e efetiva, na resolução de questões processuais e pré-processuais, por meio do diálogo, do acordo, da conciliação.

### **PAUTA**

Na pauta de audiências do evento, constam 1.529 demandas processuais (com ações judiciais em andamento, encaminhadas pelas Unidades Jurisdicionais do Fórum e de várias comarcas do Estado) e pré-processuais (sem ações judiciais oriundas de empresas parceiras da Justiça).

Dentre as principais demandas agendadas, destacam-se: Cível; Família (Alimentos, Divórcio, Dissolução, Guarda); Fazenda Pública; Demandas de Saúde: consultas eletivas, procedimentos, exames, medicamentos e internação; Demandas de Assistência Social - idosos e idosas em situação de vulnerabilidade; abertura de laudo de DNA; renegociação de dívidas.

As audiências serão conduzidas por uma equipe de 50 conciliadores e conciliadoras do TJMA, do 1º Centro de Solução de Conflitos; 2º Centro de Solução de Conflitos; Central de Videoconferência, Centro de Mediação das Demandas de Saúde; Centro de Conciliação e Mediação de Família e Centro de Conciliação do 2º Grau.

### **PARCERIA**

O Mutirão de Conciliação conta com a parceria de diversas instituições e empresas, tais como: Procuradoria Geral do Estado (PGE), Defensoria Pública (DPE/MA), Procon, Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), Secretaria Municipal da Fazenda (SEMPAZ), Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS), Equatorial e Faculdade Pitágoras.

### **DOCUMENTOS**

Para participar de uma sessão de conciliação durante o projeto, o cidadão ou cidadã - com ou sem ação judicial em andamento - deve comparecer com documentos pessoais (comprovante de residência, RG, CPF, carteira do SUS, carteira de vacinação, certidão de nascimento - em caso de menor) e comprobatórios da demanda (a depender de cada caso).

## SERVIÇOS

Durante o evento, serão disponibilizados diversos serviços à população em parceria com as instituições.

EQUATORIAL: Atendimento de clientes para renegociação de dívidas;

PROCON: Atendimento e orientações em geral;

SEFAZ: Atendimento e orientação a contribuintes;

SEMFAZ: Renegociação de dívidas com o fisco municipal, através do Sistema Tributário Municipal;

SEMUS: Orientações sobre imunizações, distribuição de preservativos e testes rápidos para COVID-19, HIV, Sífilis, Hepatite B e C;

SEMCAS: Orientações sobre cadastro único nos programas sociais do Governo Federal, divulgação e esclarecimentos sobre o programa Auxílio Brasil, dentre outros programas, e divulgação das unidades CRAS e CREAS e seus serviços ofertados.

## MAIS INFORMAÇÕES

Para mais informações, entrar em contato com a Coordenação de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - (98) 3198-4558 (WhatsApp)